

Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Vara da Família e dos Menores

Processo n.º 1234/2026 – Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais Autor / Requerente: Maria da Conceição Silva, residente em Rua da Estrela, n.º 45, 2.º Esq.º, 1200-667 Lisboa, NIF 123 456 789, representada por **Dr.ª Ana Sofia Martins**, OAB Lisboa 12345.

Réu / Requerido: José António Pereira, residente em Avenida da República, n.º 78, 3.º Dt.º, 4000-123 Porto, NIF 987 654 321, representado por **Dr. Luís Fernando Carvalho**, OAB Lisboa 67890.

Juiz de Direito: Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa, Dr. Carlos Alberto Mendes.

Data: 15 de março de 2026

SENTENÇA – ALTERAÇÃO DA REGULAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES PARENTAIS

Vistos Vistos os autos do processo n.º 1234/2026, em que **Maria da Conceição Silva** pretende a modificação da regulação das responsabilidades parentais da menor **Ana Sofia Pereira**, de 8 (oito) anos, em virtude da mudança unilateral de residência do pai, do incumprimento do regime de visitas previamente acordado e da alegada instabilidade emocional da criança.

Relatório

1. Fatos relevantes

- A menor Ana Sofia Pereira nasceu a 12 de junho de 2018, sendo filha dos litigantes.
- Em 10 de janeiro de 2025, o réu mudou-se de Lisboa para a cidade de Braga, sem comunicar a mãe nem obter autorização judicial, violando o disposto no artigo 1864.º, n.º 2, do Código Civil.
- O regime de visitas estabelecido pela sentença de 20 de julho de 2022 (processo n.º 567/2022) previa visitas livres aos fins de semana, com duração de 48 horas, sem supervisão. Desde a mudança de residência, o réu tem comparecido apenas esporadicamente, alegando dificuldades de deslocação.
- A mãe apresentou, em anexo, relatório psicológico elaborado pelo psicólogo Dr.ª Sofia Ribeiro (CRP 12345), datado de 5 de dezembro de 2025, atestando sintomas de ansiedade e insegurança na menor, atribuídos à instabilidade da relação parental e à interrupção do regime de visitas.
- O réu, por sua vez, juntou comprovativo de matrícula escolar da menor em Braga e requer a manutenção da guarda conjunta, alegando que a mudança de residência não prejudica o bem-estar da criança.

2. Provas produzidas

- Declarações testemunhais da avó materna (Sra. Maria das Dores Silva) e do professor da escola primária de Lisboa (Sr. João Martins).
- Relatório psicológico da menor (Dr.ª Sofia Ribeiro).
- Documentação comprovativa da mudança de residência do réu (contrato de arrendamento, fatura de energia).
- Cópia da decisão judicial de 20 de julho de 2022.

Fundamentação Jurídica

1. **Do melhor interesse da criança** – O artigo 1870.º do Código Civil estabelece que a determinação das responsabilidades parentais deve atender prioritariamente ao interesse superior da criança, devendo ser ponderados todos os fatores que possam influenciar o seu desenvolvimento físico, psicológico e emocional.
2. **Da possibilidade de modificação da guarda** – Nos termos do artigo 1864.º, n.º 1, alínea d), do Código Civil, a guarda pode ser modificada quando houver alteração substancial das circunstâncias que justificaram a decisão anterior. A mudança unilateral de residência do pai, sem autorização judicial, constitui alteração substancial e demonstra desrespeito pelo dever de co-responsabilidade parental.
3. **Do incumprimento do regime de visitas** – O artigo 1872.º do Código Civil impõe a obrigação de cumprir o regime de visitas acordado, sob pena de medida de tutela judicial. O réu tem incorrido em incumprimento reiterado, o que, consoante jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça (Acórdão de 12 de outubro de 2021, processo n.º 1023/20.5T8LTS), autoriza a imposição de visitas supervisionadas quando se verifica risco para a estabilidade emocional da criança.
4. **Da necessidade de visitas supervisionadas** – O relatório psicológico indica que a menor apresenta ansiedade relacionada ao contacto com o pai, sendo recomendada a supervisão das visitas até que se restabeleça um vínculo saudável. A supervisão deverá ser prestada por entidade reconhecida (ex.: Centro de Apoio à Família – CAF), nos termos do artigo 1873.º, n.º 2, do Código Civil.
5. **Da obrigação alimentar** – Em consonância com o artigo 1882.º do Código Civil, o réu mantém a obrigação de prestar alimentos à menor, devendo o valor ser fixado em 20 % dos rendimentos líquidos mensais do pai, com atualização anual baseada no índice de preços ao consumidor.

Decisão Vistos, relatados e discutidos os autos, julgo procedente o pedido formulado por **Maria da Conceição Silva** e, nos termos do disposto nos artigos 1864.º, 1870.º, 1872.º e 1873.º do Código Civil, **decido** o seguinte:

1. **Alteração da guarda** – A guarda da menor **Ana Sofia Pereira** passa a ser **exclusiva da mãe, Maria da Conceição Silva**, com direito de visita do pai, **José António Pereira**, nos termos do ponto 2.
2. **Regime de visitas** – O pai terá direito a visitas **supervisionadas**, a realizar-se **às quintas-feiras, das 16h00 às 18h00**, nas instalações do **Centro de Apoio à Família – CAF**, sito Rua da Saúde, n.º 22, 1050-200 Lisboa, sob a responsabilidade de um psicólogo ou assistente social credenciado. As visitas poderão ser revistas a cada seis meses, mediante parecer do psicólogo que acompanha a menor.
3. **Obrigações alimentares** – O réu deverá pagar à mãe, a título de alimentos, a quantia mensal de **€ 650,00 (seiscentos e cinquenta euros)**, correspondente a 20 % dos rendimentos líquidos mensais que auferir, devendo o pagamento ser efetuado até ao dia 5 de cada mês, por transferência bancária para o IBAN PT50 0000 0000 1234 5678 9015 34.
4. **Despesas extraordinárias** – As despesas extraordinárias da menor (cuidados médicos, escolares, actividades extra-curriculares) serão suportadas em partes iguais pelos pais, mediante apresentação de comprovativos.
5. **Comunicação de mudança de residência** – O réu obriga-se a comunicar por escrito, com antecedência mínima de 30 dias, qualquer mudança de domicílio, sob pena de incorrer em coima de **€ 500,00** por cada incumprimento, nos termos do artigo 1874.º do Código Civil.
6. **Custas processuais** – As custas do processo ficam a cargo do réu, José António Pereira, nos termos do artigo 774.º do Código de Processo Civil.
7. **Notificação** – Notifique-se às partes, bem como ao Ministério Público, nos termos do artigo 739.º do Código de Processo Civil, para que, em caso de incumprimento das obrigações aqui fixadas, seja adotada a medida coerciva que a lei preveja.
8. **Recursos** – Contra a presente sentença cabe recurso de apelação no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 562.º do Código de Processo Civil, devendo ser interposto por meio de petição dirigida

ao Tribunal da Relação de Lisboa.

9. **Publicação** – Publique-se, registre-se e intime-se.

Lisboa, 15 de março de 2026

Dr. Carlos Alberto Mendes
Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores

Documento emitido eletronicamente, nos termos da Lei n.º 37/2019, de 4 de agosto, e do Código de Processo Civil.